

Revoltas Ovimbundu contra a ocupação colonial portuguesa no centro de Angola - do século XVIII ao início do XX

Frederico Somacuenje Capuca[□]

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6970-5576>

RESUMO

Até finais do século XIX e início do XX, os reinos Ovimbundu do Planalto Central de Angola gozavam de soberania política e respondiam com firmeza às pretensões portuguesas que tivessem por objetivo, a expansão e ocupação efetiva da região. Com base a metodologia essencialmente descritiva, o artigo trata sobre as lutas militares protagonizadas pelos Ovimbundu (maior grupo sociocultural de Angola) contra a ocupação colonial portuguesa na região centro do país, procurando destacar o impacto dessas lutas na defesa do território de Angola. Considera-se que a maior campanha militar dos portugueses nos territórios de África e de modo específico em Angola foi contra os Ovimbundu, na última década do século XIX e início do XX. Os resultados da pesquisa (bibliográfica e oral) mostram que esses povos protagonizaram duas guerras importantes contra a ocupação colonial portuguesa, sendo que a primeira ocorreu de 1774 a 1778 e a segunda de 1890 a 1904.

PALAVRAS-CHAVE

Ovimbundu; Evolução Política; Ocupação Colonial; Resistências Militares.

Ovimbundu military revolts against Portuguese colonial occupation in central Angola - from the 18th century to the beginning of the 20th

ABSTRACT

Until the end of the 19th century and the beginning of the 20th, the Ovimbundu kingdoms of the Central Plateau of Angola enjoyed political sovereignty and responded firmly to Portuguese pretensions that aimed to expand and effectively occupy the region. Based on an essentially descriptive methodology, the article deals with the military struggles carried out by the Ovimbundu (Angola's largest sociocultural group) against the Portuguese colonial occupation in the central region of the country, seeking to highlight the impact of these struggles on the defense of Angola's territory. It is considered that the Portuguese's largest military campaign in African territories and specifically in Angola was against the Ovimbundu, in the last decade of the 19th century and the beginning of the 20th. The results of the research (bibliographic and oral) show that these people fought two important wars

[□] Mestre em História da África pelo ISCED-Huila; Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC RIO; Membro do Grupo de Estudos de História da África - GEHA; Coordenador do curso de História do Instituto Superior Politécnico da Caála; Professor do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. E-mail: fredericocapuca@gmail.com

against the Portuguese colonial occupation, the first of which took place from 1774 to 1778 and the second from 1890 to 1904.

KEYWORDS

Ovimbundu, Political Evolution, Colonial Occupation, Military Resistance.

Ovoyaki Ovimbundu vandisa ko kulundula cikolonha ko njongole akuatele yoku tambula onepa yo kati yo feka yo Ngola - eci ca kala XVIII toke XX

ONIMBU

Toke ke pulivi liekwi eceya kuenda kakwi avali, Olombala viatiamelã Kovimbundu vofeka yo Ngola, vakalele lovonene avo kwenda va yakele ko visimilo viosi via kaputu, via kwatele onjongole yoku tambula ofeka yavo. Ocisonehi eci civangula nda mupi Ovimbundu via likuata unduami oco vayake la kaputu, lonjongole yoku liteyuila. Ci kasi eci okuti, kovoyaki aco osi kaputu andisa ko Cifuca co África, uyaki wavelapo wohu andisa Lovimbundu. Kueci twa sanga kupange ulo (okupisila kalivulu kwenda kolondaka viakulu), Ovimbundu via yaka la kaputu kolonepa vivali. Onepa yatete yandisiwa kulima wa 1774 toke 1778. Uyaki wavali wandisiwa okupisa kulima wa 1890 toke 1904.

OSAPI-YONDAKA

Ovimbundu, etumbuluko liavo, ovita, onjongole ya cikolonha.

Introdução

O continente africano se caracteriza por uma alta diversidade cultural formada a partir de indivíduos ou pequenos grupos que ao longo do tempo deram origem à várias organizações políticas locais. Essas formações políticas e sociais foram mais tarde categorizadas pelo projeto colonial e pela antropologia moderna ocidental em etnias, tribos, raças etc. AMSELLE (2014, pp. 43-44) considera que a partir dessas classificações coloniais torna-se lícito afirmar que a “etnia” no continente africano é criação colonial. Ele considera que na África pré-colonial não havia etnias, apenas unidades políticas locais eram relevantes. A classificação das unidades culturais foi um modo de exercer a dominação colonial (Op. cit. p. 45). Ao mesmo tempo, o termo etnia (ou tribo, clã, linhagem) é flutuante e múltiplo, ou seja, diferentes atores históricos podem se apropriar desses rótulos (e suas histórias), performativamente, de acordo com seus interesses: em benefício próprio ou para se afastar da atribuição étnica quando ela é depreciativa.

classificados por administradores e antropólogos coloniais como ‘Ovimbundos’ (sic), poucos habitantes das terras altas se teriam identificado com essa identidade pan-ovimbundo no contexto das

relações bélicas que dividiam as unidades políticas de Mbailundu, Bié e Wambu até aos finais do século XIX. Com efeito, a onda de violência escravagista que, a partir do século XVII, rolava implacavelmente para o interior do continente transformou profundamente as estruturas africanas internas, juntamente com a composição das suas populações (Dias, 2014, p.331).

O nome **Ovimbundu** refere-se a um conjunto de indivíduos que compartilham a mesma ancestralidade ou que têm um tronco linguístico comum ou ainda os falantes da língua *Umbundu*. A aplicação do termo abarca elementos antropológicos e sobretudo culturais vividos ou que caracterizam as pessoas que se identificam com esses elementos. A palavra **Ovimbundu** é composta pelo prefixo **Ovi** que indica o plural de **Ocimbundu** e Mbundu, cuja raiz liga-se, do ponto de vista semântico com **untu** “pessoa”. Ocimbundu é, neste sentido, o singular de Ovimbundu. O termo Mbundu também significa em Umbundu nevoeiro ou poeira (ombundu) ou povos do nevoeiro ou que habitam as regiões de nevoeiro “Ovimbundu” (GOMES, 2016, p. 19).

Entre todos os grupos bantu e não bantu em Angola, os Ovimbundu estão representados em maior número. O censo populacional realizado em 1940, estima que esse grupo era composto por **1.331.087** habitantes dos quais 694.504 eram mulheres e 636.583 eram homens (Arquivo Nacional Torre do Tombo¹, 1970).

Os Estados do povo Ovimbundu emergiram após o movimento migratório Bantu, constituindo-se numa síntese dos três sub-ramos do mesmo movimento Bantu, designadamente o ramo Ocidental, Central e Oriental. Na visão de Mcculloch (1952, pp. 5-6), os povos Mbundu que se introduziram e ocuparam a região de Benguela começaram a formar seus Estados a partir do século XVII e foi nessa época que se deu início à penetração dos Imbangala e/ou Jagas na mesma região. Desde essa perspectiva, Childs (1949, p. 170) coloca que a proveniência dos Ovimbundu está intimamente ligada com as migrações Lunda Tchokwe. Martins (1993, p. 42) nos faz perceber que os Ovimbundu entraram pelo Planalto Central de Angola a partir do Norte, do Sul e do Leste.

Tomando consciência de que a luta contra a ocupação colonial somente seria possível através de alianças, os Estados Ovimbundu uniram-se várias vezes e empreenderam lutas para enfrentar os portugueses, apesar de em

¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo. Código de registo: PT/TT/SCCIA/007/0008. Disponível em: <https://digitalr.arquivos.pt/viewer?id=4676016>

1902 e 1904 ter terminado a soberania dos povos locais, com a derrota e a tomada de Kandumbu e Bimbi, respectivamente. Entre as várias lutas de resistências Ovimbundu podem ser especialmente mencionadas as de Mbalundu dirigidas por Tchingui I, Tchingui II, Numa II, Kalandula e Mutu-ya-Kevela; de Wambu por Tchimbili II, Livongue e Samakaka; de Viye por Ndunduma; de Ndala Kandumbu e de Ngalangui.

Com uma metodologia descritiva e a partir de fontes bibliográfica, arquivística e da tradição oral local, o artigo tem como objetivo central, analisar e descrever as resistências protagonizadas pela federação dos reinos Ovimbundu contra a Coroa portuguesa, no período supramencionado. As lutas armadas contra a ocupação colonial do centro de Angola, pouco se destaca na historiografia de Angola e os planos curriculares dos diferentes subsistemas de ensino local não contemplam esses acontecimentos. A pesquisa é uma contribuição nos planos curriculares e na historiografia contemporânea de Angola.

Avanços militares de Portugal e as campanhas de ocupação do Planalto Central de Angola

A ocupação do Planalto Central de Angola e a consequente conquista dos reinos Ovimbundu foram o resultado das estratégias de expansão a partir de diversos pontos de penetração. Para essa região foram criadas essencialmente três rotas: a de Benguela, de Caconda e do Libolo, com fortes reforços da rota de Pungo Andongo. Tais rotas tinham o propósito fundamental de estender o comércio para as regiões distantes e o consequente domínio das zonas de maior influência comercial. Foram, para esse efeito, estabelecidos vários postos militares desde o litoral até às zonas primeiramente conquistadas.

Tal como apontado no mapa, alguns dos postos militares e cidades criados para a ocupação do Planalto e do Leste foram: Benguela, em 1617 (dois anos antes, em 1615, o rei de Portugal e Espanha havia estabelecido uma capitania nas proximidades do rio Longa)²; Novo Redondo, em 1767; Pungo Andongo, em 1671; Caconda, em 1861. À medida que o comércio de escravos, borracha, marfim, cera, entre outros, se expandiu, os portugueses alargaram as suas zonas de domínio que transformaram em postos militares, enquanto que em outras fixaram um capitão-mor.

² CF. Neto, 2012.

Início da unidade Ovimbundu

Entre os vários elementos que unem as populações Ovimbundu o mais destacado é sem sombras de dúvidas a língua. Foi essencialmente por causa da língua Umbundu que essas populações foram consideradas pelos europeus como um grupo da mesma etnia³ (Neto, 2012). Aquando da chegada dos europeus, do ponto de vista político, social e económico os Ovimbundu constituíam vários Estados soberanos, os quais mantinham relações com benefícios recíprocos.

Va Wambu, Va Mbalundu, Va Viye, Va Ndulu, Va Sambo, Va Tchiyaka, Va Ngalangui, Va Mbaka, Va Tchingolo e outros reinos tinham relações políticas e pacíficas. As ligações entre estes reinos eram feitas através de estradas e as mercadorias eram comumente transportadas por carros puxados por bois ou ainda por pessoas que as transportavam à cabeça. Várias dessas estradas que serviam de ligação entre os reinos foram usadas por caravanas comerciais e militares portuguesas e hoje são consideradas estradas nacionais. Com o processo de invasões e posterior ocupação colonial portuguesa, a unidade Ovimbundu deixou de ter um pendor meramente económico, passando a ser de natureza política para a luta por causas não somente identitárias do ponto de vista cultural mas acima de tudo para a manutenção da soberania local.

Segundo Costa (2014), os primeiros contatos entre os Ovimbundu do Mbalundu e os portugueses ocorreram no ano de 1610⁴. Os contratos estabelecidos neste período, realizados por D. Manuel Pereira Forjaz, então capitão geral, se resumiram exclusivamente às relações comerciais. Se o primeiro contacto aponta para o começo do século XVII, foi apenas no final do século XVIII que a intervenção portuguesa tornou-se mais forte (DELGADO, 1944).

Entre os fatores que promoveram a aliança política no Planalto Central estão a exploração excessiva dos escravos e as tentativas de ocupação territorial que procuravam tornar os reinos locais em vassalos. O crescimento

³ Como já dito, o conceito da etnia foi uma construção ocidental. Antes da chegada dos portugueses, os Ovimbundu não se identificavam como uma etnia.

⁴ Se o primeiro contacto entre portugueses ocorreu neste ano, podemos considerar que o reino do Mbalundu foi fundado ao período muito anterior ao mencionado no trabalho.

A afirmação de Costa foi baseada na consulta que realizou no Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

dos trabalhos de mineração no Brasil e o aumento do comércio com o Rio de Janeiro causaram uma disputa no mercado interno entre Benguela, dominada maioritariamente por brasileiros, e Luanda. Esses dois fatores contribuíram para o aumento da procura da mão-de-obra no Planalto Central de Angola. Com o estabelecimento dos assentamentos do Novo Redondo (Sumbe) e Caconda, o comércio favoreceu mais os interesses europeus e prejudicou as autoridades locais. Os escravos do Planalto passaram a ser facilmente comercializados com navios americanos e europeus, o que deu lugar a uma resposta brutal dos reinos locais (Neto, 2012).

Com o estabelecimento do assentamento do Novo Redondo, atual Sumbe, os portugueses tencionavam lançar uma campanha militar no Planalto Central para submeter os reinos locais, nomeadamente o Reino do Mbalundu (Idem). Foi aquando de uma dessas campanhas militares que o Mbalundu sofreu um ataque português, em que o rei Tchingui I foi capturado em Lumbanganda e levado para Luanda.

Com os sucessivos ataques militares de ocupação, os reinos Ovimbundu iniciaram alianças internas de modo a lutarem conjuntamente contra as forças militares portuguesas. Por ocasião de seu reinado, Ekuikui I, soberano do Mbalundu, enviou seus súbditos ao Wambu, Viye e Andulo para uma luta comum contra a ocupação colonial portuguesa (Sungó, op. cit.). Foi o começo das Primeiras Guerras entre os Ovimbundu e Portugal.

Fases das Guerras Ovimbundu contra a ocupação colonial

Os reinos Ovimbundu protagonizaram várias resistências militares contra a ocupação colonial portuguesa. Os vários conflitos que Pelissier (op. cit.) chama de Guerras Luso-Ovimbundu resultaram dos descontentamentos dos reinos quando os portugueses começaram a manifestar a intenção de ocupação político-militar e de exploração dos recursos locais. Para os Ovimbundu os conflitos eram uma reação à invasão estrangeira e uma tentativa de defesa da soberania dos seus territórios. Os conflitos ocorreram em duas fases principais.

Primeira Guerra Ovimbundu contra Portugal

A Primeira Guerra entre os Ovimbundu e Portugal ocorreu entre os anos de 1774 e 1778, quando os portugueses começaram a construir fortalezas nas três linhas de invasão, nomeadamente em Benguela, Libolo e Caconda. Depois dos confrontos ocorridos no assentamento do Novo Redondo com a autoridade local Kabolo devido aos abusos perpetrados pelos portugueses foram realizadas várias campanhas militares, que tinham por objetivo penetrar no interior e submeter os reinos locais. É importante lembrar que, apesar das guerras terem ocorrido de forma mais intensa no período entre 1774 e 1778, elas se prolongaram por mais de 5 anos e somente houve um cessar-fogo depois do recuo das forças militares portuguesas para o litoral⁵.

A guerra envolveu os reinos Ovimbundu, com maior destaque para o Mbalundu, Viye, Wambu, Ngalangui, Tchiyaka e Tchingolo, contra o império colonial português. Destacaram-se como comandantes Tchingui I, Tchingui II, Ndahulu I e Tchimbili II por parte dos Ovimbundu e António de Lencastre por parte de Portugal, juntamente com o seu aliado Kangombe I. Neto (2012) coloca que os portugueses montaram uma campanha militar com duas frentes: uma a partir do Norte e a outra do Oeste, que visavam atacar o Mbalundu, o Wambu, o Viye, a Tchiyaka, o Tchingolo, o Ngalangui, entre outros reinos.

As principais causas da Primeira Guerra Luso-Ovimbundu estiveram relacionadas com os abusos dos portugueses no que concerne aos incumprimentos e violações dos tratados com os reinos locais e às pretensões de ocupação do Planalto Central pela coroa portuguesa. Para os Estados locais, os tratados se limitavam apenas às trocas comerciais, mas os portugueses pretendiam legitimar a sua soberania por via da construção de assentamentos militares e tornar os reinos locais vassalos. Outro fator não menos importante foi o comércio de escravos. Os tratados entre os reinos planálticos e os portugueses estariam limitados ao marfim, à borracha, à cerra e aos minérios. Com a explosão da captura de escravos por Portugal, os reinos locais começaram a reagir contra as pretensões portuguesas.

Como dito, os primeiros conflitos militares entre os reinos Ovimbundu e os portugueses ocorreram no final do século XVIII, quando os últimos

⁵ Essa afirmação é feita com base na análise dos resultados da investigação feita a partir das versões recolhidas da tradição oral.

começaram um processo de ocupação efetiva, não só do Planalto Central, como do Leste e Sul de Angola. Para a ocupação do Leste e a transação de mercadorias de vários pontos de Angola, o Planalto era uma região indispensável. Antes de 1774, as relações entre os portugueses e as entidades locais eram pacíficas, pois que, apesar de alguns momentos conturbados, existiam benefícios mútuos das atividades comerciais cujos pontos estratégicos de maior impacto eram o Viye, o Mbalundu e o Wambu. Aliás, como afirmado, o Mbalundu e o Viye disputavam a hegemonia e o controlo do comércio das rotas de Benguela e Novo Redondo, facto que provocou divergências entre Ekuikui II e Kalandula.

Com o estabelecimento do assentamento do Novo Redondo e do posto militar de Caconda, os portugueses procuraram dominar o Planalto, principalmente o Mbalundu que era considerado o reino mais letal. Em 1774, durante o reinado de Tchingui I, o Mbalundu foi invadido e atacado por forças portuguesas. No mesmo período travaram-se duas guerras, sendo que na primeira o exército local de Tchingui venceu o do império colonial português. Neste primeiro momento da guerra, os portugueses não foram capazes de vencer integralmente o Reino do Mbalundu. A maior conquista que tiveram foi a captura do rei que foi levado para Luanda, onde viveu com a sua esposa, tal como dito anteriormente.

Com a captura do rei, os portugueses acreditaram que as suas relações com o Mbalundu haveriam de melhorar, mas paradoxalmente Tchivila Mbambangulu, ou simplesmente Tchingui II, continuou com as ofensivas contra os ataques portugueses. Entre 1776 e 1778, apesar de ter perdido algumas aldeias, como refere sungo (op. cit.), enfrentou várias vezes o exército português, tendo morrido num dos confrontos em defesa do seu território. O seu sucessor, Ekuikui I, procurou evitar se transformar num rei vassalo dos portugueses. Como já afirmamos, foi ele quem enviou seus súbditos para os demais reinos do Planalto a fim de estabelecerem uma aliança política para derrubar as forças portuguesas.

Depois de várias batalhas travadas no Mbalundu, os portugueses apesar de não terem conquistado Halavala, a capital do reino, viraram as suas atenções para o Viye onde encontraram a resistência do rei Ndjahulu I, embora este mais tarde tenha sido destronado e substituído por Kangombe I. Esse

facto deu-se aproximadamente em 1778, mas as primeiras batalhas em Viye datam do ano de 1774.

Os reinos de Ngalangui, Tchingolo, Tchiyaka e Wambu tiveram um papel importante nesta guerra, pois serviram de bloqueio às forças militares portuguesas, em função da sua localização geográfica entre os assentamentos de Benguela e de Caconda. Foi neste conflito de 1774-6 que o Reino de Ngalangui, o mais próximo de Feti, foi invadido e conquistado e tornou-se subalterno ao império colonial português (Neto, 2012). Mas essa conquista não foi o fim das estruturas políticas do reino, pois com o recuo militar de Portugal para o litoral e com a ajuda dos reinos próximos Ngalangui voltou a se erguer.

Durante este conflito na região de Samisasa não foram travadas guerras brutais, pois a capital do Reino Wambu estava sediado em Nganda la Kawe. Foi por esse motivo que quando o rei local e o seu exército enfrentaram as forças portuguesas em Kahala e nas pedras com o nome Nganda la Kawe recuaram ao Reino de Tchingolo onde montaram uma contraofensiva.

Neto (op. cit.) refere que o Reino de Tchingolo foi saqueado em 1775, mas rapidamente se reergueu e se fortificou. Tchiyaka foi igualmente fundamental para garantir a vitória dos reinos locais onde os labirintos rochosos naturais ajudaram na resistência militar e na garantia da reorganização política dos reinos próximos. Foi essencialmente durante a Primeira Guerra Luso-Ovimbundu que Tchimbili II transferiu a capital do Reino do Wambu de Nganda la Kawe para Samisasa, nas proximidades de Kalikoque e de Kissala. Segundo Santos (1998), o chefe do Wambu Matende travou uma sangrenta batalha em Kissala, na qual foi morto depois de derrotar na primeira batalha o exército português.

As tentativas de invasão e ocupação portuguesa nesses primeiros confrontos não tiveram os resultados esperados por Portugal. Os reinos Ovimbundu resistiram militarmente contra os portugueses e foi por esse motivo que os mesmos voltaram a atacar de forma mais intensa um século depois. Neto (2012) coloca que os portugueses não conseguiram assegurar a vitória e não conquistaram a região de forma permanente. A autora prossegue salientando que «a campanha de 1774-6 revelou os limites e as fragilidades dos exércitos portugueses longe da costa, e por mais de um século eles não lançaram mais grandes operações militares no planalto» (NETO, 2012, p. 58).

Embora as forças portuguesas tivessem recuado para o litoral, o seu fracasso não significou o fim da tão ambicionada conquista do Planalto Central. Durante aproximadamente um século, as relações diplomáticas foram reestabelecidas entre as autoridades locais e os portugueses.

Em Mbalundu, as relações diplomáticas com Portugal atingiram o ponto mais alto a partir de 1876, quando o rei Ekuikui II foi entronizado. Apesar da disputa hegemônica na qual estava envolvido com o reino de Viye, Ekuikui II foi hospitaleiro para com os portugueses e procurou um equilíbrio entre os interesses locais e os dos estrangeiros. A principal causa da rivalidade com Viye foi o controlo do comércio e a ideia de superioridade em relação ao outro. Mbalundu queria subalternizar Viye enquanto centro do comércio no Planalto. Aliás, foi também por esse motivo que impediu que os missionários protestantes americanos seguissem para o Bié e pediu que se instalassem em Mbalundu, pois isso daria vantagem ao Viye. Devido a essa inimizade, quando Ndunduma foi atacado, Ekuikui II posicionou-se a favor de Portugal, tal como já referimos. Foi também devido às rivalidades entre os dois reinos que durante muito tempo Ekuikui II solicitou ao Governador de Benguela, com quem mantinha relações, a presença de um capitão-mor específico para o Mbalundu que não fosse simultaneamente de Viye.

Neto (1993) afirma que os portugueses aproveitaram-se do espírito de hospitalidade de Ekuikui II para procurar subalternizar o Reino do Mbalundu. Porém, Ekuikui II, que era um grande diplomata, não permitiu abusos de ocupação em seu território. A sua diplomacia e amizade com os portugueses tinham em vista principalmente centralizar para o seu reino o comércio das rotas de Benguela, Caconda e Novo Redondo, bem como superiorizar-se em relação ao Viye.

Diferente da diplomacia de Ekuikui II de Mbalundu, o Viye com Ndunduma no poder dispensou qualquer relação com Portugal que pudesse permitir maiores benefícios aos estrangeiros. No princípio, as relações entre Ndunduma e Portugal, representado pelo Capitão-mor Silva Porto e os seus oficiais, foram boas, mas rapidamente deterioraram-se quando o rei se apercebeu das reais intenções dos portugueses. Na verdade, ele queria que as relações se baseassem apenas no comércio, daí que não admitisse a presença de militares nem mesmo de missionários nas suas terras. Em Março de 1890,

Ndunduma ordenou que os oficiais portugueses se retirassem das suas terras pelo facto de quererem construir uma fortaleza em Viye (Pelissier, 1986).

Depois da morte de Silva Porto, Artur Paiva vindo do planalto da Huíla chegou a Ekovongo, capital do Viye, em outubro de 1890. O ataque feito ao Viye só foi possível devido à aliança militar que Artur de Paiva estabeleceu entre Caconda e Mbalundu. Da Huíla fez-se acompanhar de um exército de 882 pessoas, entre os quais se encontravam vários boers e combatentes (Pelissier, op. cit.).

Com a tomada da capital Ekovongo, Ndunduma refugiou-se em Tchicala nas terras dos Nganguela e usou o missionário William Sanders como intermediário entre ele e Artur de Paiva. Foi este missionário que aconselhou as partes para que terminassem o conflito. Para o efeito, Artur de Paiva exigiu que lhe entregassem Ndunduma. Em Dezembro de 1890, Ndunduma foi capturado e posteriormente deportado como preso para Cabo Verde (Idem).

Embora a sua soberania sofresse uma perda parcial, a guerra de Portugal contra o Viye não significou o fim deste reino. Ndunduma foi substituído por Kapoko e o Reino de Viye teve um envolvimento crucial na Segunda Guerra Luso-Ovimbundu, que se desenrolou no começo do século XX.

Segunda Guerra Ovimbundu contra Portugal

A Segunda Guerra Luso-Ovimbundu, como a designou Pelissier (1986), foi uma série de conflitos armados protagonizados pelos reinos Ovimbundu contra o império português entre os anos de 1890 e 1904, embora os confrontos, em menor escala, se tivessem prolongado até ao final da primeira década do século XX. Foi a primeira revolta com uma dimensão de libertação nacional do território angolano, pois que, além de congregar os reinos Ovimbundu, também se aliaram a ela os reinos Nganguela e parte das populações do corredor do Alto Redondo.

Foi a maior e a mais dura campanha militar portuguesa no continente africano até então. Se na Primeira Guerra de 1774-8 a unidade Ovimbundu não estava totalmente consolidada, na segunda os Ovimbundu formaram um só corpo político-militar que procurou de várias formas impedir o avanço militar do governo português. Pelissier (1986), Neto (2012), Costa (2014) e outros consideram que Portugal nunca enfrentou em África uma batalha militar tão

grande como a que foi travada contra a coligação Ovimbundu. Essa campanha «foi a maior operação militar portuguesa na Angola até esse ponto, envolvendo três colunas diferentes vindas do norte, sudoeste e oeste» (NETO, 2012, p. 78).

Segundo Pelissier, «em 1902 estalou a primeira grande revolta do século XX em Angola e a única que os Ovimbundu do planalto central puderam dizer sua» (PELISSIER, 1986, p. 79). Essa afirmação evidencia de forma clara a dimensão militar e política dessa guerra, que como dissemos não tinha apenas por objectivo a defesa dos Estados Ovimbundu, mas sim dos territórios além-planálticos.

A guerra envolveu os seguintes reinos do Planalto: Mbalundu, Wambu, Viye, Ngalangui, Tchiyaka, Quibala, Tchingolo, Kassongue, Tchivanda, Sambo, Tchikala e outras coligações Nganguelas. Destacaram-se como heróis locais da Segunda Guerra, Mutu-ya-Kevela, Numa II, Samakaka, Kalandula, Ndunduma I e Livongue. Do lado da cora portuguesa destacaram-se Artur de Paiva, Pais Brandão, Massano de Amorim, Teixeira Moutinho, Teixeira da Silva e Paiva Couceiro.

Para lançar o ataque militar ao Planalto Central, os portugueses usaram como estratégia a formação de três colunas de penetração aos Ovimbundu: a coluna do Libolo, a coluna de Benguela e a coluna de Caconda.

- **Coluna do Libolo:** também conhecida como coluna do Norte foi formada e liderada por Pais Brandão e foi a primeira a chegar ao Reino do Mbalundu em Julho de 1902. Foi essa coluna que atacou de surpresa o acampamento de Mutu-ya-Kevela, por ocasião da traição de missionários católicos de Hanga. Importa referir que esse o acampamento militar só foi possível de ser atacado quando o padre Goep, líder da Missão de Hanga, dirigiu por meio de dois sacerdotes, o exército Português até ao local.

- **Coluna de Benguela:** de Benguela partiram duas colunas, sendo a primeira a do então Governador Geral de Benguela, Teixeira Moutinho, que se juntou ao grupo de Caconda. A segunda foi formada e comandada por Pedro Massano de Amorim depois do reforço que o então Governador Geral de Angola, Cabral Moncada, pediu ao governo português. Segundo Pelissier (op. cit.), depois de ter regressado a Luanda Cabral Moncada pediu um reforço à metrópole que lhe enviou uma companhia de 143 homens, à qual juntaram-se mais duas companhias africanas. Essa coluna contou um número superior a

770 homens, com 5 peças de artilharia e mais de 1000 carregadores (Idem). Essa coluna atingiu o Planalto passando por Tchiyaka, onde começaram os seus primeiros ataques. Dos mais de 770 militares, 320 eram europeus e os demais eram uma mistura de brancos nascidos em África, mestiços e negros. Pelissier (1986), refere que nunca se reuniu tamanha força militar de invasão contra os reinos angolanos.

- **Coluna de Caconda:** a coluna do Sudoeste, como também era chamada, foi formada por Teixeira Moutinho e teve como ponto de partida Benguela. Concentrou-se em Caconda, onde se juntou com os mais de 109 dragões que vieram da Huíla. Foram os mais de 500 militares desta coluna que tendo partido de posto militar de Caconda começaram os ataques nos reinos do Wambu e Ngalangui. No entanto, esta coluna foi a fusão entre as primeiras forças militares provenientes de Benguela, as do posto militar de Caconda, região que serviu de concentração, e os militares da Huíla.

Segundo Pelissier (1986), para quebrar e bloquear essa estratégia que era chamada de “fecho da abóbada”, Mutu-ya-Kevela instalou, juntamente com os seus adjuntos, o seu quartel general na região de Kuvo e enviou emissários aos reinos de Ngalangui, na Ombala Kandumbu, em Tchivanda e Kibala. A sua estratégia de bloqueio consistiu em cortar as passagens entre Bié e Caconda, o Bailundu e o Leste, Benguela e a fortaleza militar de Portugal.

Causas da guerra

Entre as principais causas da Segunda Guerra no Planalto goza de preeminência a construção de fortalezas militares portuguesas que tinham como fulcro aproximar o poder da coroa portuguesa aos reinos locais a fim de os conquistar. Além desta, outras causas que também contribuíram directamente para o início da guerra foram:

- **A queda do preço da borracha:** o colapso do preço da borracha teve um impacto negativo para os reinos locais, pois que o comércio deste produto servia como uma das bases económicas da região. Os preços do produto decaíram no mercado e com isso os Ovimbundu acabaram sendo prejudicados;

- **O trabalho forçado e o tráfico de escravos:** com a queda do preço da borracha, os portugueses procuraram uma forma de compensar as

perdas. Para eles o ideal foi o agravamento do comércio ilícito de escravos e o aumento do trabalho forçado, os que fez com que as autoridades locais reagissem com desagrado;

- **Desacordos diplomáticos:** as relações diplomáticas que haviam sido repostas depois da Primeira Guerra deterioraram-se no final do século XIX. Em Viye, na época de Ndunduma, haviam sido quebradas algumas relações diplomáticas com o Governo Geral de Benguela. Como já foi dito, Ndunduma expulsou oficiais portugueses e missionários britânicos e católicos. No Mbalundu viveu-se um período conturbado depois da morte de Ekuikui II, que se destacou como o maior diplomata da história do reino. É importante ressaltar que quando em 1891 Teixeira da Silva se instalou no Mbalundu como capitão-mor levou consigo cerca de 200 soldados (Idem

Como referido, as primeiras tensões da Segunda Guerra ocorreram em 1890 em Viye, com Ndunduma. No mesmo ano, o reino entrou em decadência e o seu sucessor, entronizado pela coroa portuguesa, tornou-se vassalo dos interesses estrangeiros. No Mbalundu, a guerra eclodiu após desentendimentos entre Numa II e o Capitão-mor Teixeira da Silva.

Segundo Costa (2014) e Pelissier (1986), a guerra foi causada por um desentendimento entre Teixeira da Silva e Numa II. Mas antes disso houve um desentendimento entre um comerciante cujo nome não está identificado e o soberano de Mbalundo. Depois do comerciante ter-se queixado ao capitão-mor, os desentendimentos aumentaram.

Em Março de 1896, Numa II lançou um ataque contra um destacamento militar português comandado por Serafim José de Oliveira, que pernoitava próximo da Ombala do rei. Teixeira da Silva solicitou imediatamente socorro militar ao Libolo, a Benguela e a Caconda. Por força desse reforço, a guerra eclodiu e o palácio do rei foi posteriormente invadido, o que ocasionou o estupro e a morte das mulheres da realeza, incluindo *Inakulu*, a esposa do rei. Segundo Keiling (1934), *Inakulu* foi morta pela esposa de Teixeira da Silva.

O contra-ataque de Numa II não foi suficiente para afastar a força portuguesa, o que o obrigou a recuar a Bimbi onde travou as últimas batalhas da sua vida. No mesmo ano de 1896, outros ataques foram lançados nas proximidades do rio Kuvo por Samakaka Samba-yo-Londungu contra as tropas portuguesas. Samakaka resistiu até aos últimos anos da Segunda Guerra.

O ano de 1902 é considerado como o período em que a guerra atingiu o ponto mais alto. Foi o ano em que os Ovimbundu e os portugueses reuniram as maiores forças militares. O rei Kalandula, substituto de Hundungulu, continuou com a política de Numa II, porém acabou sendo morto pelas forças portuguesas. O fim do reinado de Kalandula ocorreu quando atendeu ao pedido do capitão-mor para comparecer diante deste. Ele e os séculos que o acompanhavam foram presos e mortos. Foi por ocasião da morte do soberano que o general Mutu-ya-Kevela, que assumiu o trono, procurou se vingar contra o exército português.

Segundo Pelissier (1986), no princípio de 1901 foram convocados seis reinos Ovimbundu para estabelecer uma aliança que pusesse fim ao domínio português. Foram eles: Ngalangui, Mbalundu, Tchivanda, Tchiyaka, Wambu e Kapanzo. Essa coligação derrubou em 1901 o exército português. No início de 1902, Mutu-ya-Kevela mobilizou os seus aliados tendo outra vez vencido o exército português. Foram assassinados muitos militares da coroa portuguesa, alguns refugiaram-se em Novo Redondo e os demais foram transformados em escravos. Mutu-ya-Kevela enviou os escravos para os reinos vizinhos como prova da sua vitória (Idem, p. 86). Foi por esse motivo que o então Governador Geral de Angola pediu reforços a partir da metrópole.

Mutu-ya-Kevela não se opôs apenas à ocupação colonial, mas também combateu a prática do comércio de escravos e aguardente (Pelissier, op. cit.). Em 1902, Mutu-ya-Kevela reforçou a aliança Ovimbundu, lançando uma campanha de bloqueio das colunas militares e rotas de entrada no Planalto e promoveu uma luta contra a ocupação colonial portuguesa. Foram mobilizadas as forças de Ngalangui, Tchiyaka, Wambu, Tchingolo, Kandumbu, Tchivanda, Sambo, Tchingolo e outros reinos de menor escala. O soberano do Wambu, Livongue, não participou diretamente mas enviou o seu auxiliar Samakaka com alguns militares. Livongue manteve-se no Wambu para atacar a coluna portuguesa que entrava a partir de Caconda. Em Ngalangui estavam mobilizados perto de 6000 militares que atacaram no dia 12 de Maio uma casa comercial portuguesa. Em Kuvu, onde Mutu-ya-Kevela se instalou, estavam reunidos mais de 6000 militares (Idem). Os outros reinos também mobilizaram as suas tropas.

Eclodiu então a maior guerra das campanhas militares portuguesas em África antes da Primeira Guerra Mundial. No Wambu, a guerra teve a duração de 10 dias, em que ocorreram grandes confrontos até à morte de Livongue. Se de um lado estavam os Ovimbundu que enfrentaram o exército português na estação seca, do outro lado encontravam-se os portugueses que foram confrontados com o problema da fome. Segundo Pelissier (op. cit.), o exército colonial português foi acolhido e alimentado pelas missões católicas locais. Foram também os missionários católicos que indicaram aos militares portugueses onde se encontravam os acampamentos Ovimbundu.

A queda do exército Ovimbundu não ocorreu nos campos de batalha, mas por meio de traições. Mutu-ya-Kevela foi atacado de surpresa em consequência da traição de um padre católico. Foi o padre Joseph Goep que alimentou os portugueses e ordenou a dois jovens católicos para conduzirem o exército ao acampamento de Mutu-ya-Kevela, que foi atacado de surpresa a 4 de Agosto de 1902 (PELISSIER, 1986, p. 89).

A morte de Mutu-ya-Kevela não significou o fim da guerra, pois que ela se prolongou de forma intensiva até 1904 com a tomada de Bimbi, onde Samakaka e o rei Moma lutaram ainda contra as forças militares portuguesas. O poder Ovimbundu começou a decair após a morte de Mutu-ya-Kevela e agudizou-se com a queda de Kandumbu, onde foram travadas as últimas campanhas letais dos Ovimbundu. Nas duas ocasiões, os portugueses venceram devido a traições. No caso de Mutu-ya-Kevela foi o padre Goep e para Ndala Kandumbu foi Sevimbi, um dos membros da realeza que almejava tornar-se rei da Ombala. Foi ele que desvendou aos portugueses as estratégias de guerra de Kandumbu.

Além das traições, outras hipóteses são também apontadas, nomeadamente: a redução da população local (devido o tráfico de escravos e fenómenos naturais) e o desequilíbrio de material de guerra.

Consequências da guerra

No Reino do Wambu, a guerra atingiu o ponto mais alto no dia 19 de Agosto de 1902 quando a capital foi tomada e o rei Livongue foi morto. A guerra somente foi concluída no dia 23 do mesmo mês. A guerra do Wambu se estendeu até às pedras Nganda la Kawe onde foram travados violentos

combates a 9 de Setembro. Em Kandumbu, por sua vez, a batalha ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de Setembro, depois da batalha do Sambo ocorrida no princípio do mesmo mês (Idem).

Os resultados desta guerra foram catastróficos. Para os reinos Ovimbundu, a guerra significou a continuação do fortalecimento do nacionalismo angolano já que a luta levada a cabo não tinha uma delimitação específica ao Planalto Central. Várias vezes, os Ovimbundu protagonizaram guerras contra os portugueses no Alto Redondo (actual Sumbe), nas fortalezas de Benguela e nas terras dos Nganguelas.

Pelissier (1986), estima que de Maio a Outubro de 1902 estiveram envolvidos mais de 20.000 homens Ovimbundu na luta contra a coroa portuguesa. O exército português também era composto por milhares de homens, sendo a maioria africanos negros, que o autor chama de civilizados (?). No que concerne ao número de mortes, os dados não são precisos, principalmente do lado dos Ovimbundu. Estima-se que tenha ultrapassado os 7000 entre militares, civis e crianças.

«Ninguém pode contá-las de maneira segura, mas **vários milhares** parecem ter efectivamente sucumbido se incluirmos os não combatentes que foram chacinados» (PELISSIER, 1986, p. 93).

O autor acrescenta que em Kandumbu, onde os portugueses venceram graças à traição de um pretendente ao trono, morreram cerca de 436 Ovimbundu. Em Wambu e Nganda la Kawe morreram mais de 350 militares. Do lado de Portugal participaram milhares de militares, com metralhadoras, canhões e milhares de cartuchos. Morreram perto de 600 brancos e inúmeros negros que faziam parte do exército português (Idem).

Considerações finais

Os reinos Ovimbundu desempenharam um papel fundamental na luta contra a ocupação colonial portuguesa, tanto a nível local do Planalto Central como nacional, já que as resistências protagonizadas por eles alcançaram algumas zonas do Leste e Oeste do actual território angolano.

Quanto aos fatores que contribuíram para a expansão e a ocupação colonial portuguesa do Planalto Central destacaram-se as pretensões de ampliação e consolidação do império português nas regiões que ainda não

havia sido explorados pelas potências europeias, a exploração de recursos naturais e o tráfico de escravos. As primeiras regiões ocupadas foram as zonas litorâneas, destacando-se Luanda em 1575, Massangano em 1583, Benguela em 1617, Pungo Andongo em 1671 e Novo Redondo em 1767.

A expansão para o Planalto Central obedeceu de início a duas rotas principais: a de Benguela que ligava o litoral, o Planalto e o Leste de Angola e a do Novo Redondo (atual Sumbe), que também fazia a ligação com o Planalto e o Leste. Com a criação dos assentamentos e postos militares no interior, os portugueses se aproximaram cada vez mais dos reinos do Planalto Central. Entre as estratégias usadas para a penetração e a ocupação da região sobrepôs-se a expansão das missões com a justificação civilizacional e o comércio.

Em função dessas pretensões de ocupação, os reinos Ovimbundu deram início a um processo de resistência militar que originou duas grandes guerras Luso-Ovimbundu. A primeira ocorreu entre 1774 e 1778 e a segunda de 1890 a 1904. No que concerne às consequências dessas guerras, merecem destaque as de âmbito demográfico pois que milhares de vidas humanas foram perdidas; as económicas que contribuíram para a crise do comércio e da produção agrícola; as políticas visto que os reinos Ovimbundu viram as suas estruturas políticas e sociais colapsadas; e as de domínio cultural com a imposição da cultura ocidental.

As resistências Ovimbundu constituem um legado de capital importância para a História de Angola, podendo-se considerar que marcaram o início de um sentimento de defesa da pátria e do nacionalismo angolano. As lutas de resistência armada contra o colonialismo português que conduziram à independência de Angola foram a continuidade das que foram protagonizadas pelos guerreiros do Planalto Central, tais como Mutu-ya-Kevela, Kalandula, Ndunduma, Livongue, Tchingui I, Numa II, Samakaka e tantos outros.

Referências

- DIAS, JILL. *Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico*. Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Pelos Meandros da Etnia. Etnias, Tribalismo e Estado em África*. Luanda, Edições Mulemba, 2014.

Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Elementos Sobre o Grupo Étnico Ovimbundu*. Código de registo: PT/TT/SCCIA/007/0008, 1970. Disponível em: <https://digitalr.arquivos.pt/viewer?id=4676016>.

ARNOT, Frederick Stanley. *Garenganze or Seven Years Pioneer Mission Work in central Africa*. London New Edition, 1969.

CHILDS, Gladwyn. *Umbundu Kinship na Character*. London. Oxford University Press, for the International African Institute, 1949.

DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza: ocupa o e aproveitamento do antigo reino de Benguela*. Lisboa. Imprensa Beleza, 1944.

GOMES, Armindo Jaime. (2016). *Ovimbundu Pré coloniais*. 1ª edição. Benguela: CERTO.

MARTINS, João Vicente. *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tuchokwe, do Nordeste de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. Mayamba, 1993.

MCCULLOCH, Merran. *The Ovimbundu of Angola*. London: International African Institute London. 1952.

PELISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas 1845-1941*. Lisboa. 2º Volume. Editorial Estampa, 1986.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

COSTA, Renata. *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. Brasília. Tese de Doutorado, P.P.G.H. U. B, 2014.

NETO, Maria da Conceição. *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*. Londres. Tese de doutorado, SOAS. Universidade de Londres, 2012.

SANTOS, Jéssica Evelyn Pereira. *Colonialismo no Sertão Pacificado: Os Povos do Planalto de Benguela sob o Terceiro Império Português (1890-1954)*. Maceió. Dissertação de Mestrado. PPGH da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SUNGO, Marino. *O Reino do Mbalundu: Identidade e soberania política no contexto do Estado nacional angolano ctual*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado, PPGASUFSC, 2015.

Recebido em: 14/02/2026

Aceito em: 04/08/2026

Para citar este texto (ABNT): CAPUCA, Frederico Somacuenje. Revoltas Ovimbundu contra a ocupação colonial portuguesa no centro de Angola – do século XVIII ao início do XX. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 1, p.171-190, jan./jun.2026.

Para citar este texto (APA): Capuca, Frederico Somacuenje. (jan./jun. 2026). Revoltas Ovimbundu contra a ocupação colonial portuguesa no centro de Angola – do século XVIII ao início do XX. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (1): 171-190.

